

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

LUANA LEAL SOUZA

**O RETRATO DO ACERVO DA VERGONHA:  
A CENSURA IDEOLÓGICA NO RELATÓRIO PÚBLICO DA FUNDAÇÃO  
CULTURAL PALMARES**

PORTO ALEGRE

2023

LUANA LEAL SOUZA

O RETRATO DO *ACERVO DA VERGONHA*:  
A CENSURA IDEOLÓGICA NO RELATÓRIO PÚBLICO DA FUNDAÇÃO  
CULTURAL PALMARES

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção de título de bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Me<sup>a</sup>. Marlise Maria Giovanaz.

PORTO ALEGRE

2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Reitor: Prof. Dr. Carlos André Bulhões

Vice-Reitora: Profa. Dra. Patrícia Pranke

**FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**

Diretora: Profa. Dra. Ana Maria Mielniczuk de Moura

Vice-Diretora: Profa. Dra. Vera Regina Schmitz

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO**

Chefe: Prof. Dr. Rita do Carmo Ferreira Laipelt

Chefe Substituta: Profa. Dra. Samile Andréa de Souza Vanz

**COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

Coordenadora: Profa. Dra. Maria Lúcia Dias

Coordenadora Substituta: Profa. Dra. Helen Rose Flores de Flores

CIP - Catalogação na Publicação

Souza, Luana Leal

O retrato do acervo da vergonha: A censura ideológica no relatório público da Fundação Cultural Palmares / Luana Leal Souza. -- 2023.

50 f.

Orientadora: Marlise Maria Giovanaz.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de  
Biblioteconomia, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. censura. 2. Fundação Cultural Palmares. 3.  
censura ideológica. 4. Retrato do acervo. I. Giovanaz,  
Marlise Maria, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcelos, 2705.

CEP: 90035-007

Tel.: (51) 3308-5067

E-mail: cicomfabico@ufrgs.br

LUANA LEAL SOUZA

**O RETRATO DO ACERVO DA VERGONHA:  
A CENSURA IDEOLÓGICA NO RELATÓRIO PÚBLICO DA FUNDAÇÃO  
CULTURAL PALMARES**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção de título de bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> M<sup>a</sup>. Marlise Maria Giovanaz.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Me. Marlise Maria Giovanaz – UFRGS

Orientadora

---

Prof. Dr. Valdir Morigi – UFRGS

Examinador

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Carolina Gelmini de Faria – UFRGS

Examinadora

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, aos meus pais que sempre confiaram e apoiaram minhas decisões e o imenso incentivo que recebi durante o período da graduação, que naturalmente sofreu de altos e baixos.

Aos meus gatos, Billie e Snow que fizeram grande (e fofa) companhia nos momentos de estudo e leitura, especialmente, no Ensino Remoto Emergencial.

Aos meus amigos que acompanharam toda essa jornada, do vestibular, ao listão e os longos desabafos durante o desenvolvimento do tão temido TCC. Quem tem um amigo tem tudo.

Aos colegas que passaram, aos que ficaram e aos que estão por vir porque o estudo é contínuo e as trocas e fofocas são essenciais.

Agradeço imensamente a minha orientadora Marlise, por aceitar participar e me guiar nesse trabalho que representa o encerramento de um ciclo. Sempre imaginei que seria muito sofrido, mas acabei encontrando calma e confiança nos teus conselhos. Obrigada!

## RESUMO

O presente trabalho abordará o uso da censura ideológica no relatório “Retrato do acervo: a dominação marxista na Fundação Cultural Palmares 1988-2019”, que decorre da avaliação do acervo bibliográfico da fundação por meio do levantamento temático e quantitativo do material — que resultou na lista de 300 títulos desviantes. O objetivo do trabalho é evidenciar a aplicação da censura ideológica mediante a identificação e análise das justificativas e classificações propostas à retirada dos títulos. A metodologia é de natureza aplicada e descritiva, em acordo com a abordagem qualiquantitativa (relativa a contribuições de qualidade e quantidade). O procedimento é realizado por meio da Análise de Conteúdo, organizado pelas etapas de (1) pré-análise; (2) exploração do material; e (3) tratamento dos resultados. Os resultados obtidos expõem a ordem de discursos utilizados em dois modelos censórios: explícito, composto por condenações e aprimorado, conduzido pela distorção dos fatos. O debate temático é relevante a Biblioteconomia em vista dos princípios básicos frente à defesa e ao acesso livre à informação. Conclui que meras tentativas censórias, mesmo que não efetivas, instigam a reflexão dentre a suscetibilidade e a fragilidade da literatura e dos acervos bibliográficos inseridos em órgãos que promovem a preservação cultural do país a constantes ataques; e a pertinência da atuação do profissional bibliotecário em resistência a tais práticas.

**Palavras-chave:** censura; censura ideológica; Fundação Cultural Palmares; Retrato do acervo.

## ABSTRACT

The present work will address the use of ideological censorship in the report “Retrato do acervo: a dominação marxista na Fundação Cultural Palmares 1988-2019” which stems from the evaluation of the institution’s bibliographic collection through a thematic and quantitative survey of the material — which resulted in a list of 300 deviant titles. The objective of the work is to evidence the application of ideological censorship through the identification and analysis of the justifications and classifications proposed for the removal of the titles. The methodology is of an applied and descriptive nature, in accordance with the quali-quantitative approach (regarding quality and quantity contributions). The procedure is performed through Content Analysis, organized by the stages of: (1) pre-analysis; (2) exploration of the material; and (3) treatment of the results. The obtained results reveal the order of discourses used in two censorial models: explicit, composed by condemnations and enhanced, conducted by the distortion of facts. The thematic debate is relevant to Library Sciences in virtue of the basic principles facing the defense and free access to information. It concludes that mere censorial attempts, even if not effective, instigate reflection among the susceptibility and fragility of literature and bibliographic collections inserted in institutions that promote the cultural preservation of the country to constant attacks; and the pertinence of the librarian professional's performance in resistance to such practices.

**Keywords:** censorship; ideological censorship; Fundação Cultural Palmares; Retrato do acervo.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>A PRÁTICA DA CENSURA</b>	<b>12</b>
<b>2.1</b>	<b>O fenômeno da censura literária</b>	<b>15</b>
<b>2.2</b>	<b>Norma <i>moral</i></b>	<b>17</b>
<b>2.3</b>	<b>Ideologia</b>	<b>18</b>
<b>2.4</b>	<b>Censura ideológica</b>	<b>20</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS</b>	<b>22</b>
<b>3.1</b>	<b>Apresentação do objeto</b>	<b>24</b>
<b>3.2</b>	<b>O retrato do <i>acervo da vergonha</i>: uma análise</b>	<b>30</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>43</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>45</b>
	<b>APÊNDICE A - COLETA DAS UNIDADES DE REGISTRO</b>	<b>48</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os atos censórios são historicamente recorrentes ao se tratar da existência dos livros, seja pela destruição, perseguição, apreensão ou na alteração de obras literárias. Foram atos presentes em diferentes períodos, como a grande queima de livros em 1933 pelo regime nazista e na apreensão de livros subversivos entre os anos 60 e 70 no regime militar brasileiro — entende-se que tais atos possuem um potencial de consequências significativas na trajetória cultural. Refere-se a uma ação capaz de ser realizada por diferentes indivíduos com motivações semelhantes que encontram como objetivo o ataque direto à produção, circulação de livros, e simultaneamente a liberdade intelectual.

A inserção da censura e de seus mecanismos são reconhecidos em momentos específicos de controle e burocratização, ao identificar sua regulamentação em sistemas vigentes, no que demonstra o decreto-lei de 1970, em primeiro artigo: “Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.” (BRASIL, 1970, online) ao critério de que cabia a verificação avaliativa para a existência do livro, seu conteúdo e futuramente sua publicação. No entanto, apesar do histórico de casos explícitos com uso da violência direta ao livro e a quem o defende, os atos de censura permanecem uma realidade ao encontrar sustento em discursos de ordem e na adaptação de mecanismos que se sujeitam a práticas não tão notáveis à denúncia. Ao que concerne a identificação dos atos censórios e a atuação efetiva em reconhecê-los como tal, ressalta-se o período de 2018-2022 como produto de um contexto político demonstrativo de que os direitos culturais, a liberdade intelectual e a comunicação científica referidas na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) requerem manutenção e defesa assídua.

A vista disso, propõe-se trazer um caso recente de ato censório, no que se refere a tentativa de retirada de 300 títulos (livros físicos) do acervo bibliográfico da Fundação Cultural Palmares — que procedeu à produção de um relatório público. A ação é atribuída ao coordenador geral Marco Frenette e ao ex-presidente da organização, Sérgio Camargo<sup>1</sup>, reconhecido como figura representante da direita

---

<sup>1</sup> Sérgio Camargo foi afastado da gestão em 21 de outubro de 2021 pelo 10º Tribunal Regional do Trabalho “sob denúncias de assédio moral” (FORTUNA, 2022, online).

política. A sinalização de tal figura, se dá em razão às ondas de conservadorismo que pregam uma ordem fundada na moral, na pátria e nos “bons costumes” e despertam, em sequência, discursos que refletem as ações censórias do passado.

Considera-se, diante do documento disponibilizado pela fundação como relatório público, a proposta, por meio da seleção do material, de analisar seu conteúdo e evidenciá-lo como prática de censura ideológica, assim como a configuração de um manual de censura do documento exposto. Dessa forma, no intuito de refletir a conceitualização da censura ideológica e o nível de relação perante as características encontradas no conteúdo do relatório, o trabalho abordará como referencial teórico conceitos a respeito da prática da censura, censura literária, norma moral e ideologia.

Com isso, o estudo norteia-se a partir da seguinte questão: **de que forma o relatório “Retrato do acervo: A dominação marxista na Fundação Cultural Palmares 1988-2019” se associa com um manual de censura ideológica?** No que se propõe, como **objetivo geral**, evidenciar a aplicação da censura ideológica no relatório “Retrato do acervo” mediante a identificação e análise das justificativas e classificações propostas aos títulos. Na orientação dos seguintes **objetivos específicos**: a) verificar a aplicação do conceito de censura ideológica no relatório; b) analisar as justificativas apresentadas para a retirada dos 300 títulos do acervo; e c) analisar a classificação proposta na divisão de 13 grupos de material comprobatório.

Defende-se a seleção da temática, em vista da conservação dos atos censórios em progresso, retomando como necessário o incentivo ao debate acerca do tema da censura como risco atual à liberdade de informação e à leitura; em especial como questão essencial a área da Biblioteconomia e ao envolvimento do profissional bibliotecário em combate a tais ataques e sua proliferação. Visto que, o objeto de estudo está vinculado ao campo biblioteconômico ao considerar posicionamentos essenciais, que devem estar inclusos dentre as competências sociais e reflexões políticas do profissional da área. No que se destaca, os procedimentos técnicos da organização da informação, diante a mediação e como meio de propiciar o acesso à informação e a leitura democraticamente, a fim de garantir, quando realizado adequadamente, a promoção da autonomia do pensamento individual, assim como a construção de um pensamento coletivo educacional.

Portanto, considera-se o debate acerca da censura ideológica junto a seleção de um caso recente, a respeito do desbastamento de um acervo bibliográfico, realizado sob justificativas inadequadas e imparciais; relevante aos campos regidos pelos princípios de defesa ao acesso à informação. Em meio ao papel fundamental da disseminação da informação, reitera-se a responsabilidade da atuação efetiva do bibliotecário diante a defesa da liberdade intelectual, em alinhamento ao juramento profissional de: “[...] tudo fazer para preservar o cunho liberal e humanista da profissão de Bibliotecário, fundamentado na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana.” (CFB, 1966, online). Sendo assim, necessário a cobrança da presença e o exercício do bibliotecário como ser político a vista da difusão cultural e o contexto social como elementos fundamentais da Biblioteconomia — elementos estes que são constantemente atacados pela prática da censura.

A Fundação Cultural Palmares (FCP) é uma entidade pública vinculada ao Ministério do Turismo, instituída pela Lei Federal nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, com “[...] a finalidade de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira.” (BRASIL, 1988, online).

Segundo o site da instituição, a fundação visa fomentar uma política cultural igualitária e inclusiva, valorizando a história e as manifestações culturais e artísticas negras brasileiras como patrimônio nacional (FCP, 2022). Em suas estruturas administrativas, possui o Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra (CNIRC) como detentor das obras artísticas afro-brasileiras e como responsável pela Coordenação de Disseminação de Informações, que possui um acervo composto por 12.671 exemplares, incluindo peças tridimensionais, periódicos e material iconográfico (FCP, 2022).

Em virtude do acervo, está em desenvolvimento o Centro de Estudos Machado de Assis (CEMA) que integrará a nova biblioteca com um acervo “renovado e expandido”, tendo em vista que a original biblioteca Oliveira Silveira<sup>2</sup> está desativada desde 2016. O CEMA será responsável pela guarda, preservação e acesso às coleções bibliográficas do acervo da fundação cultural onde “[...] apresentará múltiplas

---

<sup>2</sup>A biblioteca foi criada em 20 de novembro de 1998, visando “resgatar, preservar e divulgar a cultura negra e a história da Diáspora Africana”. Nomeada em homenagem ao poeta da consciência negra Oliveira Silveira, em 2011 (MACHADO, [2020?], online).

possibilidades de investigações e suportes às pesquisas afro-brasileiras.” (FCP, 2022, online).

Nesse contexto, a Fundação Cultural Palmares lançou no dia 11 de junho de 2021 o Relatório Público 01 conduzido pela equipe do CNIRC sob direção do coordenador geral Marco Frenette e a pedido do presidente da época, Sérgio Camargo, intitulado “Retrato do acervo: A dominação marxista na Fundação Cultural Palmares 1988-2019” — o primeiro volume de dois relatórios disponíveis no site da FCP para download<sup>3</sup>. O documento é constituído por 74 páginas e segmentado em oito partes, nomeadas:

- a) parte 1 - Síntese do conteúdo;
- b) parte 2 - Metodologia e Leis;
- c) parte 3 - Origem da Biblioteca da Palmares;
- d) parte 4 - O Acervo Imaginário;
- e) parte 5 - O Acervo Real;
- f) parte 6 - Defasagem e Obsolescência do Acervo;
- g) parte 7 - Escola Marxista;
- h) parte 8 - Material Comprobatório.

O relatório apresenta a realização do levantamento temático e quantitativo do material bibliográfico da fundação, que constituiu na avaliação do acervo por meio da leitura e triagem das obras. Concluindo, em uma lista de justificativas sobre a inadequação dos itens, a classificação dos materiais em treze grupos e a necessidade da retirada de 300 títulos, sob a consideração de: caráter alheio à missão institucional, apresentação ideológica marxista e desatualização quanto a reforma ortográfica de 2009. A listagem foi desenvolvida pela equipe técnica do CNIRC junto a uma equipe de Produção e Pesquisa, que realizaram, conforme descrito no documento, a produção textual, coordenação, diagramação, pesquisas, leituras e triagens.

---

<sup>3</sup> No período de desenvolvimento do TCC ao acessar o site da fundação se encontra disponível para download apenas o volume 2 dos relatórios. No entanto, o link de acesso ao PDF é localizado pelo Google, ainda anexado ao portal pelo link: <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/cnirc-01-gab-10-06-21.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

A seguir serão apresentadas conceitualizações pertinentes a censura, sendo necessário o desmembramento, em razão de uma aplicação baseada em um ponto de vista ideológico ou moral, pela concepção inicial, na seção 2, *A prática da censura*. A seção introdutória visa integrar a censura e seus elementos regentes, assim como os meios e pretextos da sua manifestação em antigos e atuais exercícios.

Dentre a seção 2, são incluídas quatro subseções, a delimitar a prática pelo *fenômeno da censura literária*, apresenta-se a articulação censória constantemente atrelada ao livro físico e suas representações. Em *Norma moral*, constitui-se a definição da conduta moral e sua influência como instrumento argumentativo e estratégico. A subseção 2.3 visa considerar a *ideologia* instrumentalizada como orientação final para compreensão da *censura ideológica* (seção 2.4), dentre o conteúdo, destaca-se a discussão de características fundamentais para sua aplicação e o campo discursivo como ferramenta central.

A seção 3 conduz os procedimentos metodológicos junto a análise de conteúdo, a apresentação do objeto e a análise em si. Por fim, dedica-se à seção 4 as considerações finais do trabalho.

## 2 A PRÁTICA DA CENSURA

No ideal de abertura ao debate e compreensão do termo censura e sua articulação, pondera-se quem a realiza, como a utiliza, quais objetos ou indivíduos estão suscetíveis ao ato censório e de que forma tal prática se sustenta. Vergueiro (1987) conceitua a censura a partir da Roma antiga, onde aqueles que possuíam autoridade e desempenhavam operações administrativas quanto aos direitos e deveres dos indivíduos e suas propriedades eram denominados pela palavra *ensor*. Exercendo o papel de árbitros sociais, os censores romanos fiscalizavam e garantiam a moralidade por meio da proibição de "determinadas funções públicas" e investigações da "vida moral e familiar" dos cidadãos, estabelecendo assim, grande poder (VERGUEIRO, 1987, p. 22).

Em sequência, Vergueiro (1987, p. 22) apresenta a censura como: "[...] um esforço por parte de um governo, organização, grupo ou indivíduo de evitar que as pessoas leiam, vejam ou ouçam o que pode ser considerado como perigoso ao governo ou prejudicial à moralidade pública". Acrescenta que a censura é operada em

condições políticas, religiosas ou morais, "[...] constituindo as ofensas, respectivamente, de traição, heresia ou obscenidade." (VERGUEIRO, 1987, p. 22). Com base nas descrições, notam-se os primeiros elementos da prática censória, manifestada por meio do exercício de poder ou da atuação política, e no propósito de *controle do pensamento* em pretexto moral.

Consoante as condições indicadas por Vergueiro, os aspectos e as faces da censura e seu percurso no Brasil estão atreladas, de acordo com Martins (2002) a momentos de crise política e às características herdadas da *formação colonial* — guiada por ordens religiosas. Características estas, que permanecem e são adaptadas, como a fiscalização na impressão e circulação de livros<sup>4</sup> para aplicar e manter a censura seletiva defendida por posição social; e ao advertir a propagação de ideias consideradas "perturbadoras da ordem pública".

Frente às questões relacionadas às tentativas de controle do pensamento por meio da delimitação do acesso a materiais adequados e seus respectivos leitores, Carneiro (2002) relata que ao estudar a história da censura, tem-se como evidente a consciência dos homens de poder e os revolucionários diante a força da palavra. Onde, vincula-se a preocupação da circulação de ideias e o potencial de 'radicalização' por meio da palavra escrita, impressa ou falada ao uso da supervisão e repressão aos cidadãos; posto que "A partir do momento em que a cultura deixou de ser privilégio de uma elite [...] aumentou o perigo de as massas serem seduzidas pela palavra." (CARNEIRO, 2002, p. 264).

Remete-se, então, ao ideal da monopolização e restrição do conhecimento como traço da censura em contextos censórios explícitos, onde em seu exercício de poder e por meio de mecanismos de controle, busca-se o combate a disseminação de pensamentos divergentes; assim como a neutralização de movimentos que possam se inserir no meio coletivo, a fim de preservar um sistema regente. Em exemplo, a implementação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)<sup>5</sup> em 1939 durante

---

<sup>4</sup> "[...] com a transferência da família real para o Rio de Janeiro, a mesa do Desembargo do Paço disputou com a junta diretora da Imprensa Régia, recém-instalada, a jurisdição sobre a censura, e saiu vitoriosa. Com isso passou a caber-lhe verificar a impressão, o comércio e a circulação de livros." (VILLALTA, 2002, p. 61)

<sup>5</sup> Órgão de repressão e ferramenta de censura e propaganda criada pelo presidente Getúlio Vargas, que funcionou como: "[...] engrenagem reguladora das relações entre o Estado e o povo; verdadeira máquina de filtrar a realidade, deformando os fatos e construindo falsas realidades." (CARNEIRO, 2002, p. 265).

o Estado Novo. Nesta reflexão, Costa e Sousa Junior (2018, p. 27) corroboram que: “[...] os mecanismos de censura se institucionalizam em rotinas de fiscalização, controle e punição de ideias revolucionárias, críticas [...] que se manifestem nos meios de comunicação e/ou no espaço público, desestabilizando o poder.”.

No entanto, apesar do possível reconhecimento de elementos e mecanismos da censura, com base nas ocorrências históricas, os autores revelam novas conjunturas que dificultam a identificação de atos censórios na sociedade globalizada, não havendo um processo legitimador como de costume (COSTA; SOUSA JUNIOR, 2018). Constatam que, atualmente, a censura se manifesta disfarçada de proteção, em defesa da ordem pública ou como política de comunicação, por meio de processos administrativos, iniciativas e instituições que cedem às demandas e pressões de autoridades ativistas e religiosas instituídas. São políticos no congresso ou no executivo, que “[...] decidem, sem consulta pública, nem orientação especializada, pela retirada de obras de arte de espaços públicos, pela modificação de conteúdos científicos da programação escolar, pela alteração de currículos” (COSTA; SOUSA JUNIOR, 2018, p. 32).

Decisões como a ordem de recolhimento dos exemplares da história em quadrinho *Vingadores: a cruzada das crianças* a pedido do prefeito Marcelo Crivella na Bienal do Livro do Rio de Janeiro em 2019, alegando “proteger as crianças” de “conteúdos impróprios para menores” em justificativa a decisão aplicada. Segundo Dutra (2021, p. 76) o evento em exemplo foi marcado “[...] pela presença de fiscais da Secretária Municipal de Ordem Pública que circulou no início da tarde de 6 de setembro de 2019, as prateleiras da bienal para recolher livros que estavam ligados aos que eles entendiam como homossexualidade.”. Assim, para identificar a censura em meio às justificativas respaldadas em preocupações e cuidados visando um bem maior social, Costa e Sousa Junior (2018, p. 28, grifo nosso) concluem ser preciso “[...] recursos interpretativos que nos permitam evidenciar a intenção de **silenciamento** da oposição política, da crítica e da denúncia ideológica.”

Em conformidade, ao refletir sobre a censura literária aplicada aos acervos universitários no período do regime militar brasileiro, Igreja (2021, p. 138) salienta o “aprimoramento da atividade censória”. Em que, as práticas de censura são rearticuladas por meio do aprimoramento das ferramentas de controle decorrentes do caráter aplicado pela Inquisição, mantidas, adaptadas e aplicadas no golpe militar de

1964, e atualmente, realizadas como medidas em defesa de direitos individuais (IGREJA, 2021).

Os relatos das ações censórias andam historicamente lado a lado com os livros físicos, conforme estes abrigam registros, preservam a memória e potencializam a disseminação da informação. Como objeto de alto alcance coletivo, realiza-se, em objeção, o *fenômeno da censura literária* abordado na seção (2.1) a seguir.

## 2.1 O fenômeno da censura literária

A definição mais apropriada ao termo censura, no que concerne livros, segundo Vergueiro (1987, p. 22) está na:

[...] rejeição por uma autoridade bibliotecária de um livro (ou outro material) sobre o qual o bibliotecário, a Comissão de Biblioteca ou alguma outra pessoa (ou pessoas) exercendo pressão sobre eles afirma ser obsceno, perigosamente radical, subversivo ou muito crítico aos costumes existentes.

O autor exhibe, em alusão, a atuação da censura articulada pelo repertório moralista, dada a proposta de renúncia aos livros, considerando-os inadequados à vista de uma norma vigente.

Em oposição ao ato censório, de acordo com Vergueiro (1987, p. 22) está a liberdade intelectual, representando o direito ao “acesso de todos os aspectos de todas as informações” sem restrições; de forma a abranger o pensamento individual e a disseminação de ideias livremente. No entanto, em *A história universal da destruição dos livros*, Báez (2004, p. 3) evidencia na trajetória do desmantelamento literário e cultural o “desejo de aniquilar o pensamento livre” como aspecto consistente dentre os relatos da biblioclastia<sup>6</sup>.

Entende-se o livro como representante do conhecimento, da cultura e memória de uma sociedade, e conseqüentemente, um importante instrumento da difusão e preservação de ideias; perseguido, justamente, com fim de censura e combate à liberdade intelectual. Borralho (2017), no que se refere às manifestações de censura aos livros e a leitura ao decorrer da história, as resume a forma que: “Uma vez instituídos, como códigos de ascensão e diferenciação social, o livro passou a ser

---

<sup>6</sup> Trata-se da “Destruição propositada de livros, por ódio a seu conteúdo ou aversão à cultura.” (BIBLIOCLASTIA, 2023c, online). É geralmente realizada de forma pública na tentativa de apagamento da memória, cultura e civilizações.

controlado, censurado, reprimido todas as vezes que seu conteúdo constitui uma ameaça ao *status quo*” (BORRALHO, 2017, p. 72). Ou seja, do início da cultura impressa à diversidade literária, atos de perseguição e neutralização de conteúdos estiveram presentes como representação da constante vigilância aos pensamentos em sociedade.

As ações de censura literária nem sempre são executadas explicitamente, na realização de proibições ou no recolhimento manual de exemplares. O uso de expressões e justificativas como “ameaça à ordem social”, “proteção às crianças”, “doutrinação”, “ideologia de gênero” são elementos primários na tentativa de repressão (SOUZA, 2018). Apesar do uso em diferentes contextos e períodos, tais manifestações remetem a causas em defesa da moralidade pública e familiar. São atos que afetam a circulação, distribuição e o acesso ao vincular uma obra, ou até mesmo um autor como impróprio; na finalidade de reafirmar as obras como indesejadas, atribuindo confiança na autocensura popular. Entende-se, na reflexão de Souza (2018, p. 288), que “[...] as estruturas políticas já estabelecem procedimentos que filtram as opções de livros a serem oferecidos [...]”, dado que, a censura em ato avança em virtude das normas integradas e apropriadas pelo discurso de grupos executores do julgamento e da condenação da conduta alheia.

Em apoio, Igreja (2021, p. 139, grifo nosso) expõe que “O significado atribuído pelo leitor e o encontro dessa atribuição ao que é registrado pelo autor caracterizam o potencial transformador do livro, que é, por vezes, chamado de **transgressivo** ou **subversivo**”. Dessa forma, o uso estratégico da ferramenta discursiva por grupos dominantes ou adversários para ocorrer a atribuição de informações controversas a respeito de uma leitura, realiza-se em caráter ideológico; reconhecido como mecanismo característico da prática censória. O subversivo é retomado no momento que se compreende o desempenho dos livros no impacto social, político e cultural; onde a censura literária, de acordo com Igreja (2021, p. 138), remete ao reconhecimento das produções literárias como “um veículo de democratização e difusão das ideias”. Dessa forma, pondera-se o fenômeno da censura literária a medidas diligentes que restringem o poder social que a literatura exerce (IGREJA, 2021).

No decorrer das inúmeras perseguições históricas aos livros, nota-se como padrão temático a defesa da moral, mantida em discurso e em presença do

instrumento ideológico atrelado à propagação de expressões em combate aos discursos concorrentes ou discordantes. Sendo assim, necessário a composição de ambas concepções, conforme as seções (2.2 e 2.3) a seguir.

## 2.2 Norma *moral*

O conceito de moral, segundo Aranha e Martins (2003) pode ser definido como um conjunto de regras que determinam o comportamento de indivíduos em um grupo social, ou seja, trata-se de regras de conduta, admitidas e que variam conforme as exigências da época e sua sociedade. Estabelecendo, assim, um sujeito moral que será visto como um indivíduo respeitado ou transgressor, conforme o alinhamento da sua conduta com as regras impostas (ARANHA; MARTINS, 2003).

Conforme as autoras, a constituição de regras que firmam um comportamento moral avaliativo é realizada como ação coletiva a fim de organizar as relações entre os indivíduos. A moral é simultaneamente as restrições determinantes do comportamento dos indivíduos em grupo, como também “a *livre e consciente aceitação das normas*” assim, o indivíduo é tanto herdeiro da cultura como criador, e este diante da moral constituída conseguirá propor a moral constituinte (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 302, grifo das autoras) atualizando-a conforme cultura e época.

Nesse sentido, a instauração da norma moral só se constitui após a interiorização da norma no sujeito, conforme sua “aceitação pessoal” de forma livre e consciente, estabelecendo atos morais e imorais. Onde, a criação da consciência moral servirá de mediador interno, avaliando e consultando as normas estabelecidas, tomando decisões ao incorporar as condutas como suas ou não.

Dentre os atos, Bonaccini (2005, p. 2) apresenta o critério de censura, em vista que, “[...] quem julga moralmente pressupõe estar de posse de um padrão de medida pelo qual é capaz de reconhecer ações imorais e distingui-las de ações morais”. O autor observa que, na formulação das condutas morais e imorais de cada indivíduo, considerando estas como ações más ou incorretas, configura-se o potencial censurador em cada pessoa. Onde, na busca pela evidência do que é censurável, por parte da justificativa dos mediadores de conduta que denunciam, alegam ou reprimem ações por “infringir os bons costumes” revela-se “uma mera acusação infundada” (BONACCINI, 2005, p. 2).

Compreendendo a existência de um juiz interno e aquele que o consulta e principalmente o segue disciplinarmente, entende-se igualmente a existência de um censor inerente. Assim, por meio dos valores morais impostos e aceitos como tal, fomenta-se a ideia de regulamentação dos comportamentos de forma coletiva, onde o aperfeiçoamento da norma moral está em sua própria execução. Dessa forma, provoca-se a automanutenção da moralidade pública, dentre o policiamento de condutas próprias e alheias, posto que na aplicação da norma moral, se estabelece padrões de julgamento, assim como padrões comportamentais de ordem.

Em uma de suas sustentações, observadas na seção 2.1, a censura utilizará a condição moral como ferramenta argumentativa nas práticas censórias e como método estratégico de controle amparado pelo meio social, onde considera a pretensão de assegurar a integridade moral de *interesse coletivo*.

### 2.3 Ideologia

A ideologia teve seu sentido discutido por uma diversificação de autores e períodos, Bunge (1980, p. 84) a relata como “[...] um conjunto de ideias mais ou menos coerentes, mas não necessariamente verdadeiras, sobre a realidade ou uma parte dela.”. Considera que cada sociedade possui uma cultura e toda cultura teria uma ideologia ou “um conjunto de ideologias paralelas”, seja ela religiosa ou um compilado de crenças “mais ou menos infundadas sobre a natureza e o homem” sendo esta, uma ideologia de caráter sócio-político.

Eagleton (1997) propõe que o termo refere-se não apenas a um sistema de crenças, mas principalmente as questões de *poder*, onde, ao considerar o campo discursivo, tem-se como potencial a promoção e a legitimação do poder de uma classe ou grupo social “em face de interesses opostos”. Potencial esse, que contribui para “unificar uma formação social de maneiras que sejam convenientes para seus governantes” em que o discurso ideológico não objetiva apenas a imposição de ideias “mas de garantir a cumplicidade das classes e grupos subordinados”. Trata-se, assim, de uma ideologia que valida interesses de um grupo ou classe dominante por meio de ideias e crenças “mediante sobretudo a distorção e a dissimulação.” de suas representações (EAGLETON, 1997, p. 39).

Novinsky (2002, p. 31) ratifica que a “[...] uniformidade ideológica e a luta contra qualquer dissidência constitui a base para a centralização e o fortalecimento do poder totalitário.” onde, a fim de implantar uma ideia representativa da *verdade oficial* e fundamentá-la aos cidadãos, é necessário “o controle da sociedade em todos os níveis”. A autora se refere aos instrumentos ideológicos aplicados em governos totalitários, em defesa de uma única verdade e em combate a “qualquer pluralidade de pensamento.” (NOVINSKY, 2002, p. 31). Nessa lógica, entende-se que a ideologia, quando assimilada como senso comum [de forma estratégica], ajuda “[...] a estabelecer o consenso, conferindo *hegemonía* a determinada classe, que passará a ser dominante.” (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 61).

Em sua conceituação, Aranha e Martins (2003, p. 62, grifo do autor) observam características apresentadas na aplicação ideológica, em que: a) constitui um corpo sistemático de *representações* que “ensinam” a pensar e de *normas* que ensinam a agir; b) as diferenças de classe e os conflitos sociais são camuflados, ora com a descrição da “sociedade harmônica”, ora com a justificação das diferenças existentes; c) assegura a *coesão social* e a *aceitação sem críticas* das tarefas mais penosas e poucos recompensadoras, em nome da “vontade de Deus” ou do dever moral. Segundo esses fundamentos, as autoras traçam a ideologia por aspectos da **naturalização**, uma vez que julgam naturais situações que só existem em razão da ação humana e da **universalização**; onde a difusão das concepções idealizadas “[...] resulta de uma *abstração*, ou seja, as representações ideológicas não se referem ao concreto, mas ao *aparecer social*.” (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 62).

Desse modo, um conjunto ideológico deve ser aplicado e se, corretamente, deve ser dado como oculto, sob “pena de desmascaramento” ideológico. Pois, ao trabalhar com a universalização das ideias e conceitos, a ideologia propõe a abstração da realidade social, acobertando possíveis conflitos ao desconsiderar a possibilidade de análise dos reais aspectos, e a quem estes beneficiam ou desfavorecem, logo, neste caso, segundo as autoras, a “ideologia representa a *realidade invertida*” (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 62).

Bosi (2010) reitera que o discurso ideológico consiste na estratégia de persuasão, onde o ideológico manipula o indivíduo ou o grupo a convencer de que seus argumentos foram desenvolvidos naturalmente e aplicado a todos em nome e por meio da razão universal. Em adendo aos apontamentos apresentados acima,

Lowy (2010) destaca a relação de “visão social do mundo” como meio importante no debate acerca da ideologia. Pois, a vista do discurso ideológico, deve-se considerar, para que se possa entender os processos de transformação e o desenvolvimento de ideologias, as conjunturas históricas de cada momento; isto é os “aspectos sociais, econômicos, políticos, religiosos”, como elementos significativos nas pautas utilizadas (LOWY, p. 16).

## 2.4 Censura ideológica

Quando discutidas, a censura e a ideologia estão sempre vinculadas, posto que a realização da censura se dá por atos que procuram, de forma sistemática, a legitimação de ataques à cultura e ao conhecimento, por meio da imposição de ideologias individuais. Mediante a disseminação, a censura ideológica objetiva normalizar discursos com pautas distorcidas e realizar a fiscalização de informações contrárias aos interesses representados no discurso imposto pelo indivíduo ou grupo “censor”.

De acordo com Pajeú e Cavalcanti (2022) a censura em sua prática constitui-se por uma ordem de discursos, percorrendo estratégias de propaganda, apropriação dos sentidos e manutenção dos mesmos. Onde, as ideias e os conceitos representantes que buscam ser vinculados ao coletivo são estabelecidos nas relações cotidianas, em consumo e reprodução do que é considerado mais próximo e válido da realidade experienciada pelas pessoas. Dessa forma, são aplicados conceitos informacionais fundados nos contextos da realidade social, política e cultural, uma vez que:

[...] a concepção de uma ideia pode ser imposta, por meio da estrutura do Estado, com o intuito de legitimar um discurso que promete solucionar os problemas de uma população de um dado território partindo de uma universalidade que, em tese, adequar-se-ia a todos os indivíduos mesmo que não sejam de fato homogêneos (PAJEÚ; CAVALCANTI, 2022, p. 8).

No aspecto da universalização e do senso comum como suporte, tem-se a aplicação do discurso ideológico orientado a integrar conceitos de necessidade e atitudes moralistas, reivindicando, por exemplo, um caráter educacional e religioso como projeto de identidade nacional (BOSI, 2010). Busca-se utilizar da memória de um coletivo do passado para fundamentar a consciência social do presente, onde são

recorridas, frases e palavras de ordem como fórmula de efeito. Segundo Pajeú e Cavalcanti (2022, p. 8) essa articulação se dá por grupos dominantes, que:

[...] procuram difundir conceitos, promover sua aceitação, apropriação e dispersão no meio social como algo óbvio e “natural”, invertendo o processo de produção e apropriação da informação, partindo das ideias para a materialidade por meio da normatização promovida em instâncias de legitimação (PAJEÚ; CAVALCANTI, 2022, p. 8).

Apresenta-se, dessa forma, a legitimação do discurso como estratégia comunicativa realizada a fim de mobilizar um público e atos dominantes estabelecidos em critérios pessoais e aparentemente sensatos, dada a distorção discursiva. Ao se tratar da literatura, são e serão utilizadas, exaustivamente, a adesão de termos e a associação de propagandas subversivas que consistem na ideia de estabelecer a desaprovação de um público. Ao remeter o conteúdo e as informações articuladas nos livros a ações ou grupos tidos como transgressores e perigosos, assim como pela descontextualização das obras em um todo. Tal como os casos de livros de capa vermelha, recolhidos dos acervos de bibliotecas universitárias no receio de atribuírem tais itens, dada a cor da encadernação, a obras comunistas (IGREJA, 2021).

A confiança dos atuantes da censura está na acusação respaldada na disseminação de ideias reconhecidas e já defendidas por seu público alvo. Uma vez estabelecido o vínculo negativo e a desaprovação das obras literárias, por exemplo, cria-se um grupo de apoio, que conseqüentemente facilitará a aplicação da censura e a difusão do seu discurso ideológico. Sendo assim, no recorte de Pajeú e Cavalcanti (2022, p. 5-14), a censura ideológica é estabelecida por ideias disseminadas que não refletem “uma realidade material”; absorvidas de tal forma, em que não se reconhece ou não se vê como necessário a reflexão de como foram introduzidas. Tal unificação, de um “argumento lógico e irrefutável”, é realizado no suporte de uma norma moral vista na seção (2.2), como ferramenta auxiliar na manutenção da prática censória.

Dessa forma, a partir do entendimento dos conceitos apresentados e para alcançar os objetivos do estudo são necessários procedimentos técnicos que permitam abranger os aspectos sociais em conteúdos de comunicação em massa; os procedimentos metodológicos selecionados são indicados a seguir (seção 3).

### 3 METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS

O presente trabalho se caracteriza como uma pesquisa de natureza aplicada que, de acordo com Fleury e Werlang (2017, p. 11) define-se como um: “[...] conjunto de atividades nas quais conhecimentos previamente adquiridos são utilizados para coletar, selecionar e processar fatos e dados, a fim de se obter e confirmar resultados”. Assim, a pesquisa objetiva analisar e evidenciar a censura ideológica no relatório “Retrato do Acervo: A dominação marxista na Fundação Cultural Palmares 1988-2019” mediante fundamentação teórica.

Alinhada aos objetivos elencados, trata-se de uma pesquisa descritiva, pois propõe enumerar características e estabelecer relações entre as variáveis do conteúdo analisado (GIL, 1999). Em vista disso, será desenvolvida com base na abordagem mista quanti-qualitativa; onde a análise dos dados partirá da *frequência* com que surgem certas características e a “[...] *presença* ou a *ausência* de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características [...]” a ser identificado nos fragmentos que serão tomados em consideração (BARDIN, 1977, p. 21).

Nessa intenção, o trabalho será desenvolvido por meio da conceituação dos termos *censura*, *censura literária*, *moral* e *ideologia* a fim de formular a compreensão acerca da censura ideológica e sua aplicabilidade diante o relatório. O levantamento teórico servirá, também, de base fundamental para as possibilidades comparativas frente à análise de dados. Isto posto, a pesquisa será desenvolvida a partir da análise de conteúdo de Laurence Bardin.

Conforme o conjunto de Bardin (1977), o estudo será organizado pelas seguintes etapas: a) pré-análise; b) exploração do material; e c) tratamento dos resultados, que constitui a inferência e a interpretação dos dados. A partir da escolha do documento "Retrato do acervo: A dominação marxista na Fundação Cultural Palmares 1988-2019", direciona-se a análise ao *corpus* das sete partes a serem descritas ao decorrer do trabalho, são elas:

- a) parte 1 - **Síntese do conteúdo;**
- b) parte 2 - **Metodologia e Leis;**
- c) parte 4 - **O Acervo imaginário;**
- d) parte 5 - **O Acervo Real;**
- e) parte 6 - **Defasagem e Obsolescência do Acervo;**

- f) parte 7 - **Escola Marxista**;
- g) parte 8 - **Material Comprobatório**.

Destaca-se, igualmente, o objetivo de análise e reflexão em torno da classificação realizada acerca do material bibliográfico retirado do acervo; que sintetiza o conteúdo e a finalidade do relatório em questão. Refere-se ao seguinte agrupamento: (1) Iconografia Delinquencial; (2) Iconografia Sexual; (3) Intromissão Partidária; (4) Livros com Selos da Palmares; (5) Sexualização de Crianças; (6) Pornografia Juvenil; (7) Técnicas de Vitimização; (8) Palavras-chaves do Acervo; (9) Livros Esdrúxulos e Destoantes; (10) Livros Eróticos, Pornográficos e "Pedagógicos"; (11) Livros de/e sobre Karl Marx; (12) Livros de/e sobre Lênin e Stalin; e (13) Material Obsoleto.

Dado a seleção e organização do material referenciado, será realizada a exploração e a descrição das sete partes definidas. Dentre a codificação que visa, de acordo com Bardin (1977, p. 103) “[...] o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo.” (APÊNDICE A). Como parte da configuração da fase de pré-análise, busca-se a identificação e a enumeração de características a fim de delimitar critérios que orientem a coleta do material, que será realizada por unidades de palavras-chave. Em seguida, será desenvolvida a categorização do conteúdo coletado, assim como o tratamento, onde a interpretação dos dados será efetuada por meio da inferência — considerada uma interpretação controlada (BARDIN, 1977). A interpretação deve ser concluída como processo final que objetiva explorar as informações obtidas na análise de conteúdo.

### 3.1 Apresentação do objeto

O material em análise, relatório público 01, denominado “Retrato do acervo: a dominação marxista na Fundação Cultural Palmares 1988-2019” foi disponibilizado em formato digital no site da FCP em 2021. Composto por 74 páginas, organizadas por capa (Figura 1), folha de rosto, identificação da equipe de produção, sumário de duas páginas enumeradas por oito seções e epígrafe. Possui, em sequência, duas cartas de apresentação, uma redigida pelo ex-presidente da fundação, Sérgio Camargo, de título *Palmares para o Brasil* e outra pelo coordenador geral da CNIRC, Marco Frenette, intitulada *O espírito de uma instituição*.

Figura 1 - Capa do relatório



Fonte: FCP (2021).

Cada parte contém uma capa própria antecedendo os elementos textuais. A proporção do conteúdo textual do relatório inclui, em ordem, uma página na primeira parte e integra um tópico maior de oito páginas na segunda; as demais se concentram entre duas a três páginas. A oitavo parte distribui, a partir da página 40, apenas uma página transcrita e insere, sucessivamente, capas ou detalhes das capas dos livros associados às classificações elaboradas pela equipe (Figura 2).

**Figura 2** - página 43 e 44 do material comprobatório classificado como *Iconografia Delinquencial*



Fonte: FCP (2021).

A exposição de capas e suas respectivas classificações contém 13 páginas no todo. Em sequência, são exibidas duas páginas de livros com o selo da fundação, quatro páginas de imagens de trechos e parágrafos em evidência; uma folha diversificada com um compilado de quatro cenas de quadrinhos e uma página com a apresentação de uma caixa com 19 itens da enciclopédia Barsa anexada a cena de dois livros danificados.

Por fim, inclui duas páginas de fotos do processo de triagem realizado pela equipe técnica, onde são vistas parte da equipe, mesas identificadas pelas letras A, B e C<sup>7</sup>, pilhas de livros e caixas de papelão. O documento se encerra em dez páginas da lista dos 300 títulos desviantes (Figura 3) e uma folha correspondente ao agendamento por e-mail de visitas para a comprovação de fidelidade do relatório público.

**Figura 3** - Parte inicial da lista dos 300 títulos comprobatórios

Número	Título	Autor	Editora	Ano
01	O modo de produção e formação social: uma autocrítica de modos de produção pré-capitalistas	Barry Hindess	Zahar Editores	1978
02	O problema chinês	Roger Garaudy	Zahar Editores	1968
03	Guerra no contestado	Paulo Ramos Derengoski	Insular	2000
04	A dialética materialista	Alexandre Cheptulin	Alfa-ômega	1982
05	O enigma do Triângulo das Bermudas	Curtis Mail	Tecnoprint	1987
06	Dialética da feijoada	Renato Pompeu	Vértice	1986
07	Capitalismo monopolista: ensaio sobre a Ordem Econômica e social Americana	Baran e S	Zahar Editores	1978
08	Ontologia do ser social: os princípios fundamentais de Marx	Gyorgy Lukács		
09	Paulo Freire: Vida e Obra	Ana Inês Souza	Expressão Popular	2001
10	Ho Chi Minh: sua vida, sua revolução	Jean Lacouture	Nova Fronteira	1979
11	O pensamento de Che Guevara	Michael Lowy	Expressão Popular	2001
12	Che Guevara : contribuição ao pensamento revolucionário	Manolo Monereo Pérez	Expressão Popular	2001
13	Hasta Siempre, Comandante	Paulo divino Ribeiro da Cruz	Centro de estudos sindicais	1997
14	Poemas: Rondó da liberdade	Carlos Marighella	Editores Brasiliense	1994
15	A história me absolverá	Fidel Castro	Expressão Popular	2001
16	Um mundo intolerável: liberalismo em questão	René Dumont	Editores Revan	1989
17	A Causalidade diabólica I	Léon Poliakov	Perspectiva	1991
18	Sacerdotes e burocratas: introdução ao socialismo real	Adolfo Gilly	Brasiliense	1985
19	Almas mortas	Nicolau Gogol	Brasil Editora	1937
20	Economia e ideologia	Ronald L. Meek	Zahar Editores	1971
21	A revolução dos pequenos	Gerson Gabrielli	BDA	1997
22	A parapsicologia e os discos voadores: O caso Alexânia	Moacyr Uchoa	Grupo Expansão Cultural	1973
23	A crise do neoliberalismo e a luta pelo socialismo	Aldo Rebelo	Câmara dos deputados	1994
24	O Brasil eu queremos: assembleia popular por um novo Brasil	Rede Jubileu Sul	Expressão Popular	2006
25	A crise do imperialismo	Samir Amin	Graal	1977
26	A União Soviética: sua função na transformação socialista da humanidade	J. Posadas	Ciência, Cultura e Política	1985
27	Cultura soviética	Alexei Tolstói	Vitória	1945
28	Princípios do comunismo	F. Engels	Horizonte	-
29	Reforma ou Revolução?	Rosa Luxemburg	Flama	1940

Fonte: FCP (2021).

<sup>7</sup> A delimitação é esclarecida no capítulo 2 do relatório ao expor a divisão do material avaliado em 201 caixas, correspondentes a: temática negra, militante e não militante (caixas A), temática não negra, militante e não militante (caixas B) e temática não negra, francamente marxista (caixas C).

Como conteúdo representativo do tom discursivo presente no relatório, se destacam, inicialmente, as mensagens expostas pelo ex-presidente (CAMARGO, 2021, p. 8, grifo nosso) ao enunciar que,

Infelizmente, no lugar de grandiosidade, temos um acervo defasado e brutalmente parcial, uma vez que totalmente engajado nas lutas da esquerda e completamente alheio à realidade do negro brasileiro. É um acervo contrário às finalidades da Instituição.

Todas as pessoas de bem ficarão chocadas ao descobrir que uma Instituição mantida com o dinheiro dos impostos, sob o pretexto de defender o negro, abriga, protege e louva um conjunto de obras pautadas pela **revolução sexual**, pela **sexualização de crianças**, pela **bandidolatria** e por um amplo material de estudo das **revoluções marxistas** e das técnicas de **guerrilha**.

Evidentemente, não nos limitarmos a essa identificação do desvio de função e da constatação de quase total inutilidade do atual acervo. [...] teremos uma série de conteúdos e ações que servirão de fato à promoção da cultura negra e à valorização do negro como parte inseparável do povo brasileiro, sem **vitimismos**, **militâncias** e segregações.

Neste exame inicial são identificadas as primeiras características norteadoras do conteúdo desenvolvido, a concentrar a denúncia de um acervo engajado em ideais políticos da esquerda partidária e estudo marxista, encontra-se a prática de controle do pensamento apresentado por Carneiro (2002); no qual toma a repressão de ideias 'revolucionárias' e da literatura radicalizada como marca recorrente na censura brasileira, principalmente em sua ação delimitadora ao avaliar a adequação das obras mediante crenças pessoais.

Posto a fiscalização e a crítica frente ao que é descrito como um acervo bibliográfico dispensável, o enunciado relata preocupação diante a coleção desviante da fundação, a qual Vergueiro (1987) sinaliza como uma falsa defesa de controle de qualidade. Ao considerar os relatos dentre a censura e o processo de seleção de materiais no campo biblioteconômico, Vergueiro (1987) remete a rejeição a livros específicos, ao papel de censor, quando este analisa e posiciona justificativas contrárias a partir de razões individuais e externas ao conteúdo das obras.

Em complemento a declaração do ex-presidente Sérgio Camargo, o coordenador geral (FRENETTE, 2021, p. 9, grifo nosso), expõe que:

Cada livro é escrito com um objetivo declarado ou velado. Ele pode educar ou deseducar. Pode informar ou desinformar. Pode conduzir à **delinquência** ou à honestidade.

Este Relatório Público demonstra que a Fundação Cultural Palmares não cumpria sua missão institucional. Surgida em 1988, foi durante três décadas um braço da **militância revolucionária**.

Que este Relatório Público, [...] e também os próximos que serão produzidos pelo CNIRC, sirvam de inspiração para que outras instituições se adequem às necessidades da nossa querida Pátria e de nossos concidadãos, e não mais às necessidades de grupos **militantes**.

Os termos grifados foram utilizados como parâmetro inicial para a coleta de palavras-chave recorrentes no relatório. Dessa forma, foram coletados sete termos gerais do conteúdo introdutório: revoluções, sexualização, bandidolatria, guerrilha, vitimismo, militância e delinquência; e posteriormente as respectivas variações a partir das justificativas utilizadas ao longo do documento — o recorte não abrange as menções aos títulos ou trechos das obras.

As respectivas variações e a frequência dos termos se estabeleceram da seguinte forma:

- a) seis variações do termo geral **revoluções** - revoluções marxistas (1) mentalidade revolucionária (2) revolucionários (4) manuais de revolução (1) pensamento revolucionário marxista (1) pensamento revolucionário (2) revoluções (1);
- b) três variações do termo geral **sexualização** - sexualização de crianças/menores (5) sexualização precoce (1) sexualizadora de crianças (1);
- c) uma variação do termo geral **bandidolatria** - bandidolatria (2) bandido (1);
- d) uma variação do termo geral **guerrilha** - guerrilha (5) guerrilheiros (1);
- e) uma variação do termo geral **vitimismo** - vitimismo (2) vitimização (1);
- f) cinco variações do termo geral **militância** - militante (9) militância (5) militância revolucionária (1) militante negro (2) militância política (2) militância do PT (1);
- g) uma variação do termo geral **delinquência** - delinquencial (1) delinquência (3).

Conforme mencionado na metodologia, a pré-análise foi concluída pela escolha e leitura prévia do relatório, assim como a determinação de sete partes como *corpus* representativo para a compreensão da hipótese central de censura ideológica. Em sequência, a exploração do material foi realizada pela fase de codificação, por meio do recorte das unidades de registro (UR), composta por trechos selecionados e retirados do documento com base nas variações das palavras-chave delimitadas (APÊNDICE A). O recorte inicialmente priorizou, conforme os objetivos do trabalho,

as justificativas descritas nas primeiras quatro partes; seguindo, a partir da sexta parte, para as considerações a respeito do acervo avaliado. São, portanto, nove parágrafos coletados que decorrem dos motivos pelos quais as obras foram constatadas como inadequadas e que serão ressaltados durante a análise descritiva de cada parte do relatório.

A condução da análise foi estabelecida consoante as características expostas no referencial teórico, a respeito de duas categorias:

- a) *modelo tradicional*: trata-se da censura operada em condições explícitas, mantém os elementos primários de fiscalização e delimitação de materiais considerados adequados ou subversivos sob o uso de protestos condenantes;
- b) *modelo aprimorado*: refere-se a censura manifestada camufladamente pela distorção discursiva, contém elementos de defesa e proteção pública regida por interesses individuais.

Em complemento as categorias a e b, serão utilizadas divisões fundamentadas na ordem de discursos de Bosi (2010), Pajeú e Cavalcanti (2022) e as características ideológicas de Aranha e Martins (2003) a fim de especificar a análise do conteúdo categorizado. Deste modo, os discursos ideológicos utilizam de um caráter: (1) moralista, (2) educacional e de (3) necessidade, caracterizados pela propaganda, apropriação e o uso de palavras de ordem.

Os indicadores delimitados serão aprofundados ao decorrer da análise de conteúdo na seção a seguir (3.2).

### 3.2 O retrato do *acervo da vergonha*: uma análise

Nas justificativas relatadas na primeira parte, em **Síntese do Conteúdo**, encontram-se as principais constatações do relatório. Composta por uma lista de seis alegações nas quais se exploram três como unidades de registro (UR) a seguir.

O acervo bibliográfico da FCP é retratado como: “[...] a reprodução de uma **mentalidade revolucionária** e alheia à realidade do negro, usando-o como massa de manobra” (FCP, 2021, p. 11, grifo nosso). Observa-se o uso, em negrito, da variante de um termo frequente no relatório.

A caracterização de um pensamento divergente, exposto como revolucionário e a preocupação em monitorar uma literatura julgada de risco aos leitores corresponde a prática *tradicional* da censura. Condiz, em ato explícito, com o controle de disseminação de ideias exposto por Carneiro (2002); ao reproduzir desconfiança diante a propagação e o alcance de uma literatura dada como radicalizada, a um público específico. O conceito de massa de manobra reforça a inquietação frente a sedução da palavra e seu potencial transformador (CARNEIRO, 2002), posto que o acervo analisado não promove a realidade social traçada pela equipe — realidade ditada sobre um público que não é consultado.

Dessa forma, o enunciado possui um discurso ideológico de amparo moral, ao propor, conforme Pajeú e Cavalcanti (2022) a fiscalização na difusão de ideias discordantes e a manutenção de interesses particulares. Neste caso, em combate ao conteúdo declarado de mentalidade revolucionária, integrado por produções e estudos marxistas; assim como meio de contenção a ampliação de novas concepções e o pluralismo discursivo proporcionado pela leitura (IGREJA, 2021), a qual representa o ajuste de uma nova realidade.

A equipe CNIRC reitera como evidência um conteúdo que: “Não forma pessoas devotadas ao trabalho, ao crescimento pessoal e ao respeito ao próximo, mas **militantes e revolucionários**” (FCP, 2021, p. 11, grifo nosso).

A segunda UR apresenta duas variantes, em negrito, das palavras-chave recorrentes, e retoma o *modelo tradicional* da prática censória. Ao indicar que a leitura das obras examinadas e seus leitores sujeitam o desalinhamento de uma conduta desejada, consta-se novamente um discurso de caráter moralista. Estipula a determinação de um pensar e agir correto ou duvidoso atribuído por obras

inadequadas e visa justificar a supervisão contra a disseminação de seus conteúdos (CARNEIRO, 2002; ARANHA; MARTINS, 2003).

Reflete, assim como traçado no trecho anterior, um conjunto de ideias e uma realidade de valores aceitável ou subversiva; imposta na prática da censura a ser compreendida ou rejeitada por todos. A ordem do discurso promove pela norma moral a identificação cultural dos bons costumes e do trabalhador, estabelecendo a distinção de ações morais e imorais em influência da leitura 'progressista' (BOSI, 2010; PAJEÚ; CAVALCANTI, 2022). Assim, o discurso ideológico aqui apresentado visa argumentar a favor da retirada dos materiais por meio da estigmatização de quem os consome; fundada em conceitos conservadores a julgar o caráter individual por meio de seus parâmetros identitários.

A diversificar a lista de justificativas, o documento considera parte do acervo:

[...] **inadequado para fins educacionais**, uma vez que, além de desatualizado do ponto de vista do atual estágio da produção do conhecimento, é anterior à reforma gramatical que passou a ser aplicada parcialmente em 2009 e total e obrigatoriamente a partir de 2016 (FCP, 2021, p. 11, grifo nosso).

Diferente dos trechos explorados, a unidade acima não reproduz os termos de coleta, no entanto, foi selecionada a vista da categoria assinalada. A categoria b referente ao *modelo aprimorado* apresenta a rearticulação da ferramenta censória disposta em um discurso dissimulado manifestado em processos políticos e institucionais a vista da defesa da ordem social; no intuito de silenciar oposições e a denúncia ideológica (COSTA; SOUSA JUNIOR, 2018). Ao se apropriar de pautas e decisões administrativas, a censura aprimorada é operada por interesses particulares, ocultados pela justificativa à proteção do bem-estar social. São ações e critérios que mobilizam a retirada de produções culturais sem consulta especializada ou pública (COSTA; SOUSA JUNIOR, 2018; IGREJA, 2021).

Isto posto, a argumentação exposta no enunciado determina a desatualização das obras referente ao ano de suas publicações e a reforma ortográfica vigente e a utiliza como fundamento a retirada de clássicos como o *Dicionário do Folclore Brasileiro* de Câmara Cascudo e *Papéis Avulsos* de Machado de Assis. Todavia, a defasagem como critério é incapaz de ser aplicada no contexto bibliográfico da fundação, a entidade tem em sua finalidade a posse de uma coleção de valor cultural e histórico; cada obra literária representa, registra e preserva a memória e

consequentemente o sistema de linguagem da sua época. Logo, são reconhecíveis como documentos históricos e relevantes ao acervo incorporado, em especial a unidades especializadas como a FCP. A vista disso, o trecho em destaque corresponde aos elementos do modelo assinalado, ao desviar a objeção das obras e a conveniência de sua retirada via ato ideológico, idealizado pelo convencimento de que a constatação analítica frente a inadequação de tais matérias representa uma percepção apropriada (BOSI, 2010).

A respeito dos critérios utilizados pela equipe técnica para o levantamento temático e quantitativo, na segunda parte, em **Metodologias e Leis**, duas ordens, regimental e legal, são nomeadas parâmetros da missão institucional da fundação.

Em primeira ordem, o parágrafo salienta o escopo de preservação e integração dos valores culturais, sociais e econômicos da influência negra na comunidade brasileira. Emprega, em sequência, a menção às leis brasileiras a condenar a “[...] formação de guerrilheiros; a sexualização de menores; a subversão do estado democrático de direito; e a pregação da violência como meio político ou de alteração da ordem social.” (FCP, 2021, p. 11). O capítulo argumenta e reforça a justificativa de temática alheia, na desqualificação a obras específicas e sobretudo a coleção pela difusão de condutas, referidas como “obras de incentivo à delinquência revolucionária e à promiscuidade sexual” (FCP, 2021, p. 11).

Na menção ao público alvo, esclarece o objetivo de leitura do relatório para além de outras entidades e instituições, ao declarar principal alcance aos “cidadãos brasileiros pagadores de impostos”. (FCP, 2021, p. 11). Delimitação inicialmente realizada na carta de abertura de Sérgio Camargo ao se referir a devida preocupação das ‘pessoas de bem’ frente às ações de uma instituição financiada pelo dinheiro público.

Revela, na subseção *As Diretrizes da Instituição*, a substituição das palavras-chave originalmente norteadoras da fundação, dispostas em “Preservação, Integração, Produção e Divulgação”. O texto identifica e aponta a substituição das palavras como resultado de antigas gestões fundadas em um pensamento revolucionário, cujo estabeleceu os termos seguintes de Divisão Racial, Luta, Guerrilha e Resistência, ao que o relatório remete, respectivamente, como:

- a) "incentivo ao negro para viver apartado dos brasileiros brancos";
- b) "entendendo a missão da Palmares como uma guerra constante contra todos os brancos";
- c) "os métodos marxistas e revolucionários como caminhos aceitáveis e necessários" e;
- d) "colocando a problemática negra como um infundável resistir contra os brancos" (FCP, 2021, p. 12).

Em sequência, a avaliação do acervo é descrita nos casos atribuídos como explícitos, pela leitura dos títulos, sumários, introduções e resumos de capa e nas demais obras pela leitura integral dos livros. A constatação decorrente da triagem é defendida, pois "[...] consistiu em identificar o conteúdo de cada livro e classificá-lo de acordo com suas ideias e propósitos centrais.". Tão logo, o relatório destaca "objetivos revolucionários e marxistas da coleção" e classifica os materiais como inadequados (FCP, 2021, p. 13).

A exemplo das leituras realizadas, a equipe relata a respeito do livro *Pedagogia da Educação Sexual* de Claude Lejeune que

[...] pais e professores são orientados a abordar crianças de 4 a 5 anos com palavras como "pênis", "vagina" e "testículos", iniciando uma **sexualização precoce**. Também constatamos que ao longo do livro, e também já na própria capa, **milita-se abertamente** "por uma educação sexualizada" (FCP, 2021, p.14, grifo nosso).

E finaliza ao acrescentar outra identificação com a seguinte descrição: "Averiguamos que a obra 'Banditismo', de Eric Hobsbawm, é um esforço teórico para justificar a **criminalidade como 'arma revolucionária'**; e que a primeira frase do capítulo 2 é esta: 'Banditismo é liberdade'" (FCP, 2021, p. 17, grifo nosso). O primeiro trecho possui, em destaque, duas variantes, uma delas referente a Militância; constantemente empregada pejorativamente em demonstrações de inadequação e aversão. O segundo, em distinção, apresenta a temática de outro termo geral coletado, respectivo a Bandidolatria.

Ao conduzir argumentos de inferências pessoais e retratar ambas as obras como material nocivo em oposição a sua finalidade educacional, didática e teórica, as unidades correspondem ao *modelo aprimorado* do ato censório. O conteúdo dispõe de um discurso ideológico de ordem moralista caracterizado pela distorção de

conceitos e a desconfiguração dos fatos (NOVINSKY, 2002), visto que as palavras ressaltadas no primeiro registro pertencem a termos técnicos relevantes a anatomia humana e não assumem intenções secundárias conforme as indicações em grifo. Assim como o próprio título da obra *Bandidos* de Eric Hobsbawm, consta incorretamente na conclusão apresentada sobre a análise de seu conteúdo.

A distorção das discussões empregadas nas obras estabelece a propagação de estereótipos constituídos pelo conservadorismo. Busca, na construção de uma ameaça imaginária, em primeiro caso em relação à proteção às crianças e no segundo em defesa da ordem pública, o pânico moral como instrumento e suporte a estimular a censura literária. Especialmente, na manifestação argumentativa, que embora se assemelhe ao tom condenante consoante ao modelo tradicional, prioriza vincular as obras a pautas alarmantes que instigam a rejeição pública (SOUZA, 2018).

Em suma, o conteúdo encerra na reiteração da aplicação de critérios “rigorosamente técnicos e legais” durante a condução da triagem. Indica a preservação dos livros inadequados a um ambiente protegido em espera do processo de doação — descrita, em seguida, por procedimentos que visam o “[...] princípio da impessoalidade, moralidade e legalidade norteadores da Administração Pública” (FCP, 2021, p. 15). A segunda parte referente a Metodologia finaliza oferecendo ao público o agendamento de visitas junto a equipe CNIRC para a verificação do material comprobatório constatado.

Devido à delimitação do *corpus*, segue-se ao título de **O Acervo Imaginário**, quarta parte, em que se alega o uso de truques metodológicos e de linguagem para o desenvolvimento da coleção atual. Remete-se a coleção a uma ação desvirtuada difundida pela esquerda brasileira. Dentre os relatos está a contabilização errônea de exemplares, pois segundo a descrição: “50 exemplares de uma mesma obra é contabilizada como ‘50 itens’, dando a entender ao público leigo de que se trata de 50 obras distintas e valorosas; já que o termo técnico ‘item’ dá margens a interpretações errôneas.” (FCP, 2021, p. 22).

A seção conclui as demonstrações das manobras identificadas ao apontar as obras raras em alusão a riqueza do acervo como “absolutamente desatualizadas”, pois se tratam de livros “velhos [...] e facilmente adquiridos por algumas dezenas de reais em qualquer livraria de usados” (FCP, 2021, p. 22). Em comprovação, relata que dentre os materiais raros e históricos, a exemplo de “cartas de alforria”, foram

encontradas apenas “um atestado de óbito de 1955 e uma certidão de nascimento de 1963.” que se configuram em documentos banais (FCP, 2021, p. 22).

Na quinta parte, intitulada **Acervo Real**, o material bibliográfico da FCP é exposto em totalidade por 9.565 títulos, onde a equipe demarca 46% temática negra, e 54% de temática alheia à negra.

Dentre a temática negra constata que apenas cinco por cento do acervo cumpre a missão institucional da fundação. Fragmenta o restante em 13% de “catálogos, panfletos e folhetos, mesclando material de militância com informativos e descritivos de eventos e exposições.” e 28% de “militância política explícita ou divulgação marxista, usando a temática negra como pretexto” (FCP, 2021, p. 25).

A temática alheia, por vez, expõe 26% de material geral, seguida por 20% de conteúdo geral com “viés marxista” e oito por cento com conteúdo “claramente marxista”. Mediante este dado qualitativo, delimita a identificação das temáticas em: a) sexualização de crianças; b) ideologia de gênero; c) pornografia e erotismo; d) manuais de guerrilha; e) manuais de greve; f) manuais de revolução; g) bandidolatria; e h) bizarras.

Diferente das outras menções que constituíram boa parte das palavras-chave coletadas na seção 3.1, a designação **b** apresenta um termo recentemente promovido entre discursos conservadores em alerta a supostos perigos às crianças e em defesa da moral familiar. O uso da expressão recorre à distorção discursiva a fim de, segundo Souza (2018, p. 268): “esconder a continuidade de práticas de silenciamento e coerções existentes [no país]”.

O relato conclui a avaliação qualitativa do acervo a vista da adequação ao público alvo em quatro por cento adequado; à vista das condições físicas em 25% tolerável ao manuseio e em 97% obsoleto diante a concordância com a norma ortográfica regente.

Em **Defasagem e Obsolescência do Acervo**, parte seis, retoma-se a argumentação de desatualização das obras frente às reformas da língua portuguesa, a qual presta um ‘Desserviço à cultura’. A exemplo de que:

[...] quem desejar ler na Palmares, por exemplo, “Papéis Avulsos”, de Machado de Assis, encontrará uma edição de 1938, a qual prestará um desserviço ao estudante brasileiro, pois ele aprenderá a escrever “chronica” em vez de crônica; “Hespanha” em vez de “Espanha”; e “annos” em vez de “anos”. É um exemplar que só pode ser utilizado por linguistas ou estudiosos machadianos, mas não pelo público em geral (FCP, 2021, p. 29).

Seguido pela falta de publicações contemporâneas, pois:

Os poucos livros realmente de temática negra formam um conjunto tão defasado que o estudante que consumisse esse material estaria formando uma mentalidade semelhante a quem estivesse nos anos 1960/70. São obras velhas e mal cuidadas de James Baldwin (“Da próxima vez, o fogo”); sobre os Panteras Negras; sobre o ativista Steve Biko (FCP, 2021, p. 29).

Conforme conduzido na terceira unidade analisada na parte um do relatório, os trechos acima associam-se ao *modelo aprimorado*, pois utilizam da mesma abordagem em torno dos ‘fins educacionais’ na condição de validar o registro de livros inapropriados. Ambos enunciados percorrem a estratégia de propor um problema a ser solucionado, vinculando-o a uma preocupação coletiva, como questões educativas relacionada a gramática e a adequação da leitura diante o entendimento do respectivo leitor (PAJEÚ; CAVALCANTI, 2022). A declaração visa atingir um consenso como meio de agir, utilizando de pautas autênticas para promover conceitos e práticas veladas.

Dessa forma, identifica-se um discurso ideológico realizado pela dissimulação, pois ao pontuar o desserviço do acervo, estabelece critérios que desconsideram os reais aspectos favoráveis ou desfavoráveis de cada leitura (EAGLETON, 1997; ARANHA; MARTINS, 2003); uma vez que, observa características, como a menção a mentalidade de discussões da década de 1960 e 1970 negativamente. A ordem do discurso consiste, portanto, na atividade censória aprimorada, aplicada no propósito de controle mediante o silenciamento de representações contrárias a interesses particulares. Articulada em ato solucionador, ao realizar a retirada, neste caso, de obras desatualizadas (COSTA; SOUSA JUNIOR, 2018; IGREJA, 2021).

Na penúltima parte, nomeada **Escola Marxista**, destina-se a exposição da dominação marxista condizente ao título do relatório. Dentre as cinco seções, em *Um curso de Militância*, a equipe relata que a fundação, em sua existência e prática, direcionou esforços “para se tornar uma escola de militância política” de fundamentos revolucionários “às custas do dinheiro público” (FCP, 2021, p. 32). Denuncia o estado organizacional da fundação em atribuição a esquerda partidária e declara seus desvios, uma afronta a legislação e a Constituição, pois em suas origens “incentivou a divisão entre negros e brancos” e “fomentou a luta de classes” (FCP, 2021, p. 32).

Em sequência, em *O Espriamento do Acervo Marxista*, há o reforço da existência do “espírito militante” a influenciar o desenvolvimento da coleção atual; em

razão do explícito viés marxista dentre os demais gêneros literários, pois, estes, são utilizados em apoio ao conjunto de livros retratados como “francamente doutrinadores”. Nessa reflexão, a equipe pondera a presença da temática marxista como um projeto esquematizado pela militância. A considerar que:

O mesmo ocorre com a parte do acervo ligado à temática negra, no qual são privilegiados em quase sua totalidade os autores e as **visões de mundo marcadamente marxistas**, a exemplo de Décio Freitas, Clóvis Moura, James Baldwin e Edison Carneiro (FCP, 2021, p. 33, grifo nosso).

Sendo assim, seguido pela “Predominância Marxista” a enfatizar 400 livros que exaltam o pensamento revolucionário. A declaração é reforçada na subseção denominada *Todos os Clássicos da Delinquência*, onde: “Também foi constatado que o acervo abriga os clássicos do **pensamento revolucionário** e transgressor utilizado pelos marxistas em sua **militância** cultural e educacional” (FCP, 2021, p. 33, grifo nosso).

Ambas as passagens indicadas apresentam, em grifo, vínculo ou variações do termo geral Revoluções, simplificada pela variante ‘pensamento revolucionário marxista’ dado o uso de “visões de mundo marcadamente marxistas” e a reprodução da palavra-chave Militância. Ademais, a expressão **transgressor** — mencionada de forma característica no fenômeno da censura literária, na instauração do alinhamento da norma moral e como modelo estratégico da censura ideológica (ver seção 2). A deliberada colocação de um acervo transgressivo, expõe elementos do *modelo tradicional censório*.

O exemplo das autorias questionadas no primeiro trecho corrobora com o controle cultural concebido pela repressão de ideias subversivas e pela perseguição de intelectuais como medidas censórias instauradas por diferentes projetos políticos ao decorrer da história do país (CARNEIRO, 2002). A justificativa divergente em questão, refere-se a escritores, estudiosos, especializados nos temas afro-brasileiros e na literatura afro-americana, logo, tal qual os autores, suas obras servem como pontos de referência histórica — suscetíveis à prática da censura.

Consequentemente, a relutância indicada ao encaixe dos autores a temática negra configura-se em traços de supervisão e restrição do conhecimento. Visto que, a objeção em torno da predominância de tais livros [especialmente na segunda unidade selecionada] contesta novamente posições filosóficas e políticas ao invés do

seu conteúdo e as possíveis contribuições a comunidade usuária (VERGUEIRO, 1987). Igualmente, permite identificar a conservação de práticas de silenciamento posto as condições explícitas em torno da fiscalização dos materiais e o uso de protestos redundantes em oposição a pensamentos divergentes.

Enfim, para concluir a análise do *corpus* demarcado, em **Material Comprobatório**, parte oito, encontra-se a divisão final em síntese do desbaste objetivo do relatório. A listagem segue intitulada como “Comprovação do Pensamento Delinquencial”.

Conforme descrição representativa na seção 3.1, a parte final dispõe de treze classificações e utiliza das capas e trechos [dos livros] como ilustração significativa da classificação assinalada. Em (1) *Iconografia Delinquencial*, recorre a capa do livro “Bandidos” de Eric Hobsbawm, entre outros títulos como “Dez dias que abalaram o mundo”, “Revolução e contra-revolução no Brasil” e, correspondente a figura 2 incluída inicialmente, “Luta armada no Brasil” e “República Democrática do Congo”. Em (2) *Iconografia Sexual*, mantêm-se o modelo, a inserir capas dos livros “Amor em Grupo” e “A mulher sensual: sonhos e fantasias”, no entanto, atribui comentários em complemento, a exemplo de: “aula sobre sexo para crianças” e “obra pornográfica e revolucionária voltada para o público juvenil”, referente as obras “Pedagogia da educação sexual” e “Porcos com asas”. A essência se segue, em (3) *Intromissão Partidária*, entre reproduções de livros e apostilas do partido comunista, do partido dos trabalhadores, do MST e centrais sindicais. A diferenciar, em (4) *Livros com Selos da Palmares*, foram incluídas apenas imagens das folhas de rosto de títulos que apresentavam o selo, a exemplo de “Quem pode fazer a revolução no Brasil?” de Bolívar Costa, “Socialismo: ideal da classe operária, aspiração de todos os povos”, de João Amazonas, entre outros.

Ademais, os itens (5) *Sexualização de Crianças* e (6) *Pornografia Juvenil* retornam a denúncia alarmante a obra “Pedagogia da educação sexual” de Claude Lejeune ao inserir trechos que ensinam “técnicas de abordagem e convencimento”. Em ordem do décimo quarto material comprobatório, na classificação (7) *Técnicas de Vitimização*, distingue-se a exposição de quadrinhos que reportam a “demonização da polícia e da pessoa branca”. Seguida pela (8) *Palavras-chaves do Acervo*, em que foram atribuídas as seguintes sínteses:

- a) elogio ao banditismo, a obra “Bandidos” de Eric Hobsbawm;

- b) roubo de terra, ao livro “Sobre educação, política e sindicalismo” de Maurício Tragtenberg;
- c) radicalizações, a “Antonio Gramsci” de Mário Maestri; e
- d) prática revolucionária, a obra “Os desafios da esquerda [latino-americana]” de Marta Harnecker (FCP, 2021, p. 56).

Em suma, (9) *Livros Esdrúxulos e Destoantes*, distribui nove capas que englobam os gêneros de ficção e fantasia; (10) *Livros Eróticos, Pornográficos e “Pedagógicos”*, agrupa doze capas de todos os títulos citados referente a respectiva categoria assinalada; (11) *Livros de/e sobre Karl Marx*, compila doze capas, quatro pertencem a edições diferentes de “O Capital” e, por fim, (12) *Livros de/e sobre Lênin e Stalin*; agrupa nove capas ilustrativas.

A classificação (13) *Material obsoleto* antecede a apresentação da lista de “300 títulos comprobatórios do desvio da missão institucional da Fundação Palmares”. Consequente, considera-se a seleção e o uso dos termos vistos nas designações iniciais, como ‘delinquencial, intromissão, sexualização, vitimização, etc’ uma exemplificação da tentativa de atribuição às obras a uma imagem subversiva, na exposição de expressões pejorativas que não correspondem a sistemas de classificação, categorização ou gêneros literários.

Deste modo, o conteúdo final do relatório termina alinhado com o discurso condenante destacado inicialmente pelas cartas de apresentação do ex-presidente da FCP e do coordenador geral do centro de informação e referência, Marco Frenette.

Convém reassumir, a fim de evidenciar a hipótese central de censura ideológica pelas unidades tomadas em consideração nesta seção, a presença da prática da censura. De modo que, sete dentre os nove trechos selecionados expõem o esforço de rejeição aos livros constituintes do acervo da fundação. Sob alegações de que os mesmos são prejudiciais e devem ser evitados, em atenção a propagação de ideias radicalizadas e subversivas constatadas pela equipe — ação consoante ao fenômeno da censura literária. Nas duas unidades restantes, apresenta-se sob falsa preocupação educacional a rearticulação camuflada da repressão à liberdade intelectual, presente em atos de fiscalização e delimitação das obras na finalidade de restringir o acesso a informações e representações que diferem das traçadas pela equipe.

Além da ação censória, identifica-se a característica conduta moral como parâmetro para estipular a inadequabilidade ou conveniência das obras incluídas no acervo. Logo, os critérios da avaliação foram embasados em crenças pessoais, compreendidas dentro um contexto político e sua ideologia regente — a visar, especificamente, valores religiosos e reacionários. Esta consideração é medida por meio da existência do relatório e seu conteúdo, assim como atitudes externas realizadas após a conclusão avaliativa acerca do acervo. Especificamente a vista da divulgação do local onde o material comprobatório foi acomodado (figura 4).

**Figura 4** - Sérgio Camargo publica imagem de placa anunciando o “Acervo da vergonha”



Fonte: Ohana (2021).

As justificativas relatadas no documento empregam estratégias de persuasão, tendo como alvo, dentre a ação discursiva, a promoção de representações distorcidas, respaldadas por ideais de identidades tópicas inseridas no interior da identificação nacional (BOSI, 2010). Do qual remetem a figura do cidadão de bem, os valores do trabalhador, ações em defesa da família e o combate à doutrinação. Desta forma, foram impostos antagonismos frente uma suposta mentalidade aceitável *versus* revolucionária. Assim como, em meio às constatações da triagem, a aplicação de uma correlação infundada de obras específicas, a apologia à sexualização de menores e a criminalidade — que instigam propagandas de rejeição.

Identifica-se, assim, a abstração como uma das características ideológicas empregadas, ao estipular normas de conduta e um modo de pensar a comunidade alvo da fundação. Desconsiderando o respectivo público e fundamentando-se inteiramente em uma concepção própria e idealizada em ações de benefício próprio, — visa a validação de um conjunto ideológico que não contribui ou abrange interesses coletivos. A concitação em fiscalizar informações contrárias ao conjunto, reflete, igualmente, na exibição tendenciosa por parte do desenvolvimento do relatório e a divulgação do mesmo.

Dessa forma, se tem evidente a aplicação da censura ideológica. Reconhecível pelo uso de um discurso direcionado que busca pelo consenso de que a ação tomada pela equipe, representante da FCP, a respeito dos livros delimitados e precisamente, a argumentação contra os mesmos é válida e deve ser mantida — encorajando demais reproduções. Tão logo, o conteúdo do relatório propõe garantir a manutenção e a preservação das práticas de controle do conhecimento, ao investir na implementação de representações contrárias à diversidade informativa e à pluralidade do conhecimento.

A complementar a análise apresentada e como meio de contemplar outros registros consequentes do relatório público “Retrato do acervo: A dominação marxista na Fundação Cultural Palmares 1988-2019”. Ressalta-se que o objetivo de retirada dos materiais comprobatórios indicados em lista de 300 títulos não foi bem-sucedido, em vista da Ação Popular nº 5006660-67.2021.4.02.5117 de 23 de junho de 2021. Da qual exerceu e realizou oposição a doação do material bibliográfico “sob pena de multa pessoal de R\$ 500,00 pela doação de cada item” (BRASIL, 2021, online). Trata-se de uma ação conjunta do Conselho Federal de Biblioteconomia e do Conselho Regional

de Biblioteconomia da primeira região (CRB-1) em ressalva do acervo como patrimônio cultural público.

Em avanço das ações mais recentes, a respeito do estado físico do acervo mantido, enfatiza-se a visita técnica do Gabinete de Transição da Cultura e Igualdade Racial à Fundação Cultural Palmares em dezembro de 2022, sob relato de “condições alarmantes”; o acervo foi encontrado em local impróprio, em cenário de descaso e péssima infraestrutura (NONADA, 2022, online). Contudo, entre o encerramento de um governo e a ocupação do poder pelo novo governante, ainda em dezembro, foi anunciado para assumir como novo presidente da Fundação Cultural Palmares, João Jorge Rodrigues<sup>8</sup>. Frente a nomeação ao cargo o futuro presidente afirma que a instituição: “lida com conhecimento e ele não é de esquerda ou de direita, de uma religião ou outra. É um acervo de conhecimento, nos cabe é conservar.” (FORTUNA, 2022, online). Logo, se obtêm o encerramento da representação do relatório e os aspectos políticos que o produziram e se dá início a princípios para um resgate da fundação.

---

<sup>8</sup> Mestre em Direito pela Universidade de Brasília, atua principalmente nos temas de Direitos humanos e cidadania, Olodum, comunicação e cultura negra; com ênfase em Direito Constitucional (RODRIGUES, 2016).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão norteadora do estudo é resgatada como meio de encerramento do trabalho, sendo assim, retoma-se que o problema de pesquisa: “De que forma o relatório ‘Retrato do acervo: a dominação marxista na Fundação Cultural Palmares’ se associa com um manual de censura ideológica?” foi definido na intenção de revelar uma argumentação sustentada pela *parcialidade*. A elaboração do referencial teórico com base em dois conceitos pertinentes e o desenvolvimento prático do objetivo do estudo, envolvendo sua descrição, orientaram para a composição da resolução apresentada. Em que se constatou a presença de discursos condenantes e recursos de desvio sem fundamentação, ora dentre técnicas biblioteconômicas, ora em ocultação de interesses particulares. Por conseguinte, o conteúdo é apresentado explicitamente em tom indicativo, mencionando e instigando a conformidade da fundação e demais instituições públicas a um exemplo de valores.

Nessa reflexão, cabe enfatizar que a censura é abordada na área da Biblioteconomia pertinente aos aspectos de seleção de materiais em bibliotecas, tão logo ao papel do bibliotecário e a condição do profissional a postura neutra diante a mediação informacional. Bem como, recentemente, examinada dentre as discussões da Ciência da Informação (CI) diante das medidas de controle da informação por meio de notícias falsas (*fake news*). O caso selecionado para estudo condiz com a relevância da temática ao revelar questões como a ausência do profissional bibliotecário, que apesar de suscetível à prática censória, exerce a função competente às técnicas de organização, classificação e gestão de unidades de informação. O que o torna apto na identificação de ações restritivas nesse meio e como atuante em defesa da liberdade intelectual, priorizando o acesso à informação e a leitura livre de imposições.

Os objetivos foram conquistados pela compreensão dentre os conceitos da censura e a ideologia e o vínculo das mesmas quando instrumentalizadas. Do qual ressaltou, posteriormente, o discurso ideológico empregado no relatório, por meio da análise das nove unidades de registros delimitadas. O processo de exploração do documento orientou a identificação de características e palavras-chave que auxiliaram no recorte dado pela codificação. Os termos encontrados em ambos os processos, compactuaram com os conceitos teóricos elencados e, exemplificaram a reflexão final

referente às classificações que os expuseram pejorativamente. Os resultados de modo geral evidenciaram o uso e a aplicação da censura ideológica em dois modelos, dado a categorização das unidades selecionadas. Apesar da distinção entre o modelo censório tradicional e o modelo aprimorado, ambos, ora no discurso condenante explícito, ora no velado, apresentam da norma moral e a fiscalização visando manter o conteúdo do acervo consoante interesses particulares da equipe. Ademais, os argumentos e as ações verificadas elucidam a permanência e o aprimoramento da censura, sobretudo, a prática não efetiva, como o caso em questão, que dissemina a autocensura, ao atrelar termos, expressões e atribuir definições infundadas a diferentes obras. A abertura a discussão da leitura apropriada ou inadequada, especialmente sem a consulta de profissionais, dá margem, sob diferentes pretextos, a exemplo de liberdade de expressão ou preocupação com a ordem pública, aos mecanismos de controle do conhecimento. Em que, se não conquistados pelas instituições ou grupos que incitaram os discursos, influem para a difusão da fiscalização pública — a refletir o uso do relatório como recurso para tal difusão, a vista de um documento atribuído a responsáveis públicos competentes a promoção de uma entidade federal.

Igualmente, tal influência pode ser ocasionada pela imposição de crenças e valores individuais, a exemplo da recente vandalização do livro infantil “Amoras” de Emicida, que sofreu danos escritos a mão, desmentindo o conteúdo religioso de matriz africana sob condenação de disseminação ideológica. A ação foi tomada contra a presença de obras que abordam diferentes religiões em razão da não inserção da bíblia como referência (G1 BA; MELO, 2023). O ataque neste caso exhibe a preservação da prática repressiva contra os livros, a presente fragilidade e a importante lembrança pela necessidade constante de acompanhar, zelar e defender os meios de cultura, a literatura e o acesso livre a diferentes formas de informação.

Por fim, o estudo reitera que o caso selecionado foi produto de um contexto político referente ao período de 2018-2022, consoante a menção de Martins (2002), ao esclarecer que a censura no Brasil está atrelada a crises políticas. Assim, se tem como registro a exposição do relatório público como recurso e os elementos que o constituíram na tentativa de censura ideológica ao acervo bibliográfico da FCP. A qual permite a verificação das medidas tomadas e o reconhecimento futuro dos elementos característicos da censura aprimorada aos bibliotecários e estudantes da área.

## REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: Introdução à Filosofia**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2003.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.
- BÁEZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque**. São Paulo: Ediouro, 2004.
- BONACCINI, Juan Adolfo. Podemos censurar moralmente os outros? **Metacrítica**, Lisboa, Portugal, v. 3, n. 5, p. 1-10, 2005.
- BOSI, Alfredo. Voltando ao ponto: conceitos em movimento – ideologias, contraideologias, utopias. *In*: BOSI, Alfredo. **Ideologia e contra ideologia: temas e variações**. São Paulo: Companhia das letras, 2010. p. 119-140.
- BORRALHO, José Henrique de Paula. O livro como objeto de um tipo de conhecimento: censura e resistência - um estudo de caso no Maranhão colonial. *In*: FERREIRA, Maria Mary (org.) **Livro, Leitura e bibliotecas em tempos sombrios**. São Luís: EDUFMA, 2017. p. 55-84.
- BRASIL. Justiça Federal. Seção Judiciária do Rio de Janeiro. **AÇÃO POPULAR Nº 5006660-67.2021.4.02.5117**. São Gonçalo: UFRJ, 23 jun. 2021. Disponível em: <https://ponte.org/wp-content/uploads/2021/06/Decisao-contra-Censura-na-Fundacao-Palmares.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2022.
- BRASIL. Decreto lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, p. 8, 26 jan. 1970. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1077.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1077.htm). Acesso em: 11 set. 2022.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 11 set. 2022.
- CAMARGO, Sérgio. Palmares para o Brasil. *In*: FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Retrato do acervo: A dominação marxista na Fundação Cultural Palmares 1988-2019**. Brasília: CNIRC, 2021. p. 8.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil**. São Paulo: USP, 2002.
- CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECOLOGIA (CFB). Resolução n. 006, 13 de julho de 1966. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, p. 13266, 13 jul. 1966. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/64>. Acesso em: 12 out. 2022.

COSTA, Maria Cristina Castilho; SOUSA JUNIOR, Walter de. Censura e pós-censura: uma síntese sobre as formas clássicas e atuais de controle da produção artística nacional. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 19-36, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/28154>. Acesso em: 6 ago. 2022.

DUTRA, Matheus Pedro. Do anticatálogo à defesa da moral e dos bons costumes: o livro no Brasil e a censura, uma história ainda presente. **Ensaio Geral**, Niterói n. 1, p. 65-80, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/170212>. Acesso em: 20 ago. 2022.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Editora Boitempo, 1997.

FLEURY, Maria Tereza Leme; COSTA WERLANG, Sergio Ribeiro da. Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens. **Anuário de Pesquisa GVPesquisa 2016-2017**, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/apgvpesquisa/article/view/72796>. Acesso em: 7 ago. 2022.

FRENETTE, Marco. O espírito de uma instituição. *In*: FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Retrato do acervo**: A dominação marxista na Fundação Cultural Palmares 1988-2019. Brasília: CNIRC, 2021. p. 9.

FORTUNA, Maria. 'Todos que foram defenestrados da palmares voltarão ao lugar de heróis' diz futuro presidente da fundação. **O globo**, Cultura, Rio de Janeiro, 24 dez. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/noticia/2022/12/todos-que-foram-defenestrados-da-palmares-voltarao-ao-lugar-de-herois-diz-futuro-presidente-da-fundacao.ghtml>. Acesso em: 24 dez. 2022.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (FCP). **Retrato do acervo**: A dominação marxista na Fundação Cultural Palmares 1988-2019. Brasília: CNIRC, 2021. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/cnirc-01-gab-10-06-21.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2022.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (FCP). **Estrutura organizacional**. Brasília, 2022. Disponível em: [https://www.palmares.gov.br/?page\\_id=95](https://www.palmares.gov.br/?page_id=95). Acesso em: 15 out. 2022.

G1 BA; MELO, Monica. Livro infantil do rapper Emicida é vandalizado por mãe de aluno com críticas às religiões de matriz africana. **G1 BA**, Bahia, 7 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/03/07/livro-infantil-de-emicida-e-alvo-de-intolerancia-religiosa-praticada-por-mae-de-aluno-em-escola-de-salvador.ghtml>. Acesso em: 11 mar. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IGREJA, Paula Ribeiro da. Censura, uma biografia: a proibição de livros no Brasil. **Ensaio Geral**, Niterói, n. 1, p. 119-143, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/170208>. Acesso em: 7 ago. 2022.

MACHADO, Sátira. Oliveira Silveira multiplica-se em bibliotecas. **Oliveira Silveira**, Jaguarão, [2020?]. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/oliveirasilveira/homenagens/biblioteca-fcp-2011/>. Acesso em: 07 set. 2022.

MARTINS, Ana Luiza. Sob o signo da censura. *In*: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias silenciadas**: história da censura no Brasil. São Paulo: USP, 2002. p. 155-179.

BIBLIOTECIA. *In*: DICIONÁRIO Michaelis. São Paulo: Editora Melhoramentos, c2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/vOYV/biblioclastia/>. Acesso em: 2 abr. 2023.

NOVINSKY, Anita. Os regimes totalitários e a censura. *In*: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias silenciadas**: história da censura no Brasil. São Paulo: USP, 2002. p. 25-36.

NONADA. Fundação Palmares está em situação de abandono, aponta Governo de Transição. **Nonada**, Porto Alegre, 5 dez. 2022. Disponível em: <https://www.nonada.com.br/2022/12/fundacao-palmares-esta-em-situacao-de-abandono-aponta-governo-de-transicao/>. Acesso em: 25 fev. 2023.

OHANA, Victor. Fundação Palmares terá 'acervo da vergonha' para obras que considera 'comunistas'. **CartaCapital**, São Paulo, 4 ago. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/fundacao-palmares-tera-acervo-da-vergonha-para-obras-que-considera-comunistas/>. Acesso em: 28 ago. 2022.

PAJEÚ, Hélio Márcio; CAVALCANTI, Marcycleis Maria. Censura e ideologia: o caso do catálogo Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 64, p. 1-16, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/SV3PSNHgmmYr74sCdJwSZxj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 7 ago. 2022.

RODRIGUES, João Jorge Santos. Currículo do sistema de currículos Lattes (João Jorge Santos Rodrigues). **CNPq**, Lago Sul, 30 mar. 2016. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7609481234638339>. Acesso em: 13 mar. 2023.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de. Em nome da moral e dos bons costumes: censura a livros com temática de gênero no Brasil do século XXI. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 267-295, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/71150>. Acesso em: 2 abr. 2023.

VILLALTA, Luiz Carlos. Censura literária e inventividade dos leitores no Brasil Colonial. *In*: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias silenciadas**: história da censura no Brasil. São Paulo: USP, 2002. p. 61.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 16, n. 1, 1987.

### APÊNDICE A - Coleta das unidades de registro

Unidade de Registro (UR)	Enumeração	Categorização
É a reprodução de uma <b>mentalidade revolucionária</b> e alheia à realidade do negro, usando-o como massa de manobra. (CAP. 1)	<i>Presença</i> de uma variante respectiva ao termo Revoluções;	Modelo tradicional
Não forma pessoas devotadas ao trabalho, ao crescimento pessoal e ao respeito ao próximo, mas <b>militantes e revolucionários</b> . (CAP.1)	<i>Presença</i> de duas variantes respectivas aos termos Militância e Revoluções;	Modelo tradicional
É <b>inadequado para fins educacionais</b> , uma vez que, além de desatualizado do ponto de vista do atual estágio da produção do conhecimento, é anterior à reforma gramatical que passou a ser aplicada parcialmente em 2009 e total e obrigatoriamente a partir de 2016. (CAP.1)	<i>Ausência</i> dos termos de coleta;	Modelo aprimorado
[...] pais e professores são orientados a abordar crianças de 4 a 5 anos com palavras como “pênis”, “vagina” e “testículos”, iniciando uma <b>sexualização precoce</b> . Também constatamos que ao longo do livro, e também já na própria capa, <b>milita-se abertamente</b> “por uma educação sexualizada”. (CAP. 2)	<i>Presença</i> de duas variantes respectivas aos termos Sexualização e Militância;	Modelo aprimorado
Averiguamos que a obra “Banditismo”, de Eric Hobsbawm, é um <b>esforço teórico para justificar a criminalidade como “arma revolucionária”</b> ; e que a primeira frase do capítulo 2 é esta: “Banditismo é liberdade”. (CAP. 2)	<i>Ausência</i> de variantes, porém aborda a temática do termo geral Bandidolatria;	Modelo aprimorado
Hoje, quem desejar ler na Palmares, por exemplo, “Papéis Avulsos”, de Machado de Assis, encontrará uma edição de 1938, a qual prestará um desserviço ao estudante brasileiro, pois ele aprenderá a escrever “chronica” em vez de crônica; “Hespanha” em vez de “Espanha”; e “annos” em vez de “anos”. É um exemplar que só pode ser utilizado por linguistas ou estudiosos machadianos, mas não pelo público em geral. (CAP. 6)	<i>Ausência</i> dos termos de coleta;	Modelo aprimorado
Os poucos livros realmente de temática negra formam um conjunto tão defasado que o estudante que consumisse esse material estaria formando uma mentalidade semelhante a quem estivesse nos anos 1960/70. São obras velhas e mal cuidadas de James Baldwin (“Da próxima vez, o fogo”); sobre os Panteras Negras; sobre o ativista Steve Biko. (CAP. 6)	<i>Ausência</i> dos termos de coleta;	Modelo aprimorado
O mesmo ocorre com a parte do acervo ligado à temática negra, no qual são privilegiados em	<i>Presença</i> de uma variação do termo geral Revoluções,	Modelo tradicional

<p>quase sua totalidade os autores e as <b>visões de mundo marcadamente marxistas</b>, a exemplo de Décio Freitas, Clóvis Moura, James Baldwin e Edison Carneiro. (CAP. 7)</p>	<p>simplificada pela variante “pensamento revolucionário marxista” dado o uso de “visões de mundo marcadamente marxistas”;</p>	
<p>Também foi constatado que o acervo abriga os clássicos do <b>pensamento revolucionário</b> e transgressor utilizado pelos marxistas em sua <b>militância cultural</b> e educacional. (CAP. 7)</p>	<p><i>Presença</i> de uma variante e um termo geral respectivos a Revoluções e a palavra-chave Militância;</p>	<p>Modelo tradicional</p>